



XII SEMANA CIENTÍFICA UNILASALLE – SEFIC 2016
Canoas, RS – 17 a 21 de outubro de 2016

COMUNICAÇÃO ORAL

ISSN 1983-6783

VIOLÊNCIA DE GÊNERO E MEMÓRIA COLETIVA

Bárbara Pilatti Piffer, Aline Accorssi (orient.), Paula Pinhal de Carlos (coorient.)
UNILASALLE

Resumo

A pesquisa tem como objetivo entender a relação entre memória coletiva e violência de gênero. Utilizamos a teoria feminista pós-modernas para embasar os principais conceitos. A metodologia é mista, quantitativa e qualitativa. Serão desenvolvidos fanzines como produto final da pesquisa.

Palavras-chave: Violência de gênero, Mulheres, Memória coletiva.

Área Temática: Ciências Humanas.

1. Introdução - Propósito central do trabalho

Segundo a pesquisa de tolerância social à violência contra a mulher desenvolvida pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em 2014, 91% dos participantes concordam com a punição severa para homens que agredem mulheres. Porém 58% das mesmas pessoas indagadas acreditam que se as mulheres se comportassem de forma mais adequada - e aqui caberiam longas reflexões sobre o que é um comportamento adequado - não seriam estupradas e 82% atestam que em “briga de marido e mulher não se mete a colher”. (IPEA, 2014). Há uma contradição evidente no cruzamento desses dados: enquanto muitos julgam justo punir o homem agressor, parte deles tenta justificar o ato violento com um possível mau comportamento da mulher, além de assumir que não auxiliariam a vítima das agressões. Onde reside esse paradoxo? Por que a culpabilização das mulheres agredidas se tornou um traço da violência de gênero?

A presente pesquisa pretende invocar da memória coletiva de mulheres em situação de violência possíveis elementos construtores destes paradoxos, partindo do pressuposto de que através dela, estereótipos e discursos de discriminação e subjugação da mulher foram cristalizados na sociedade através da história e possibilitam e “justificam” a violência de gênero (SCAFFO, 2011).

A partir de teorias de construção social do gênero e da mulher formulamos o seguinte problema de pesquisa: qual é a relação entre memória coletiva e violência de gênero a partir de suas vivências? As questões norteadoras da pesquisa são: de que maneira a memória coletiva produz a performatividade de gênero e do “ser mulher”? como as memórias construídas coletivamente sobre questões de gênero influenciam as situações de violência vivenciadas?

A pesquisa está vinculada com a linha de pesquisa Memória, Cultura e Identidade mestrado de Memória Social e Bens Culturais, e se insere dentro dos estudos de memórias e identidades sociais.

2. Marco Teórico

Dentro do raciocínio proposto de que o “ser mulher” é algo construído histórica e socialmente, a presente pesquisa utiliza as teorias das feministas pós-modernas de construção social de gênero. Gênero pode ser entendido como um conjunto de códigos produzidos historicamente e



XII SEMANA CIENTÍFICA UNILASALLE – SEFIC 2016
Canoas, RS – 17 a 21 de outubro de 2016

COMUNICAÇÃO ORAL

ISSN 1983-6783

cristalizados na memória da civilização que marca o indivíduo de acordo com seu sexo desde o nascimento. Chanter concorda com a característica construída de gênero quando afirma que “[...] não há uma essência interna de gênero (mente-espírito) ao estilo cartesiano que o corpo expressa, mas apenas uma série de atos performativos que significam e ressignificam o gênero.” (CHANTER, 2011, p. 9).

Em relação à violência de gênero, empregaremos aqui o termo violência relacionado não só ao ato físico, mas também se referindo à violência psicológica, patrimonial e sexual, pois se entende que todas essas categorias perpassam umas às outras, sendo que a violência psicológica é intrínseca ao ato de violência física e sexual (STREY, 2013; LAZZARI, 2014). Utilizaremos também o conceito “violência de gênero”, pois dentre os demais conceitos como “violência contra mulher” ou “violência doméstica”, ele é o único que ultrapassa o caráter descritivo (ALMEIDA, 2007). Violência de gênero, dentre todos os demais conceitos, é o único que apresenta dimensão analítica e histórica, e “designa a produção da violência em um contexto de relações produzidas socialmente. Portanto, o seu espaço de produção é societal e o seu caráter é relacional.” (ALMEIDA, 2007, p. 24). Ou seja, traz consigo toda a carga de relações sociais e suas dinâmicas materializadas através da história. Falar em violência de gênero não é apenas falar da violência contra determinado alvo, seu motivo e consequência, mas também considerar toda a complexidade das disputas por poder e como nestas disputas as desigualdades de gênero se inserem. Segundo Strey, violência de gênero “pressupõe relações de poder, nas quais, historicamente, existe prevalência de um sexo sobre o outro.” (STREY, 2012, p. 62). Para a autora, sempre que houver violência pelo fato de alguém ser mulher ou homem – aqui podemos incluir as transsexuais, transgêneros, gays, lésbicas - será considerado violência de gênero (STREY, 2013).

A partir de autores e suas diferentes abordagens, Santos e Izumino (2005) levantaram três correntes teóricas que orientam a temática “violência contra a mulher” e “violência de gênero”. São elas: a corrente da “dominação masculina”, a “dominação patriarcal” e a teoria relacional.

A primeira corrente, dominação masculina, foi identificada a partir do texto de Marilena Chauí, “Participando do Debate sobre Mulher e Violência”, publicado em 1984. Nele, Chauí argumenta que o alvo da violência se transforma em objeto e perde sua autonomia, tornando-se dependente e passivo, ou seja, a mulher que sofre com a violência não possui meios para transgredir a lógica de dominação e violência. As diferenças entre o feminino e o masculino são “transformadas em desigualdades hierárquicas através de discursos masculinos sobre a mulher, os quais incidem especificamente sobre o corpo da mulher.” (SANTOS, IZUMINO, 2005, p. 149), e esses discursos masculinos se tornam naturalizados ao ponto de serem reproduzido também por mulheres, as tornam cúmplices da violência, pois como objetos não possuem a capacidade para pensar e agir de forma autônoma.

Já a segunda corrente identificada, chamada dominação patriarcal, foi desenvolvida no Brasil a partir dos trabalhos da socióloga Heleieth Saffioti, que segue a perspectiva feminista e marxista do patriarcado que vincula “a dominação masculina aos sistemas capitalista e racista” (SANTOS; IZUMINO, 2005, p. 150). Segundo essa teoria, a mulher vive sob o domínio e exploração histórica masculina, pois o patriarcado refere-se aos “milênios da história próxima nos quais se implantou uma hierarquia entre homens e mulheres, com primazia masculina.” (SAFFIOTI, 2005, p. 71). O machismo e a possível consequente violência praticada contra a mulher seria fruto de todo o sistema e não apenas expressões individuais do homem. Sobre isso, Saffioti define o patriarcado como uma máquina que “exprime, de uma só vez, o que é expresso nos outros termos, além de trazer estampada, de forma muito clara, a força da instituição, ou seja, de uma máquina bem azeitada que opera sem cessar.” (SAFFIOTI, 2005, p. 38).

A exploração sexual do homem sobre a mulher, uma das características do patriarcado levantada por Saffioti, pode ser identificada através de contratos de casamento e também de formas simbólicas. Sobre isso, a autora coloca

as mulheres são objetos da satisfação sexual dos homens, reprodutoras de herdeiros, de força de trabalho e de novas reprodutoras. Diferentemente dos homens como categoria social, a sujeição das mulheres, também enquanto grupo, envolve prestação de serviços sexuais a seus dominadores. Esta soma de dominação com exploração é aqui entendida como opressão. (SAFFIOTI, 2005, p. 42).



XII SEMANA CIENTÍFICA UNILASALLE – SEFIC 2016
Canoas, RS – 17 a 21 de outubro de 2016

COMUNICAÇÃO ORAL

ISSN 1983-6783

Já na dimensão econômica, outra base do patriarcado, a autora comenta que a discriminação das mulheres vai além das desigualdades salariais e na sua falta de representação em importantes papéis econômicos e políticos. O controle patriarcal também afetaria sua sexualidade e, por conseguinte, “[...] sua capacidade reprodutiva. Seja para induzir as mulheres a ter grande número de filhos, seja para convencê-las a controlar a quantidade de nascimentos.” (SAFFIOTI, 2005, p. 42). Diferente da corrente de dominação masculina, a dominação patriarcal abre espaço para a reação por parte da mulher, pois “o fato de o patriarcado ser um pacto entre os homens não significa que a eles as mulheres não oponham resistência.” (SAFFIOTI, 2005, p. 66).

Finalmente, a corrente teórica relacional, trazida por Maria Filomena Gregori a partir de seu trabalho no SOS Mulher, relativiza a relação dominador-vítima. A autora rejeita o termo “violência contra a mulher” pois não a considera apenas como uma vítima, mas sim uma participante ativa da violência. Ou seja, Gregori desloca a mulher do local definido antes por Chauí e Saffioti de mero alvo da violência e a situa dentro do que a autora chama de “comunicação” ou “jogo relacional” dos casais. (SANTOS; IZUMINO, 2005).

Gregori (1989) comenta que há elementos que não estão sendo vislumbrados ao analisar a questão da violência contra a mulher quando

ela é lida apenas como ação criminosa e que exige punição (a leitura reafirma a dualidade agressor x vítima). As cenas em que os personagens se vêem envolvidos e que culminam em agressões estão sujeitas a inúmeras motivações - disposições conflitivas de papéis cujos desempenhos esperados não são cumpridos, disposições psicológicas tais como esperar do parceiro certas condutas e inconscientemente provocá-lo, jogos eróticos etc. (GREGORI, 1989, p. 166). Na presente pesquisa adotaremos preferencialmente a teoria relacional. Preferencialmente pois há ressalvas que Santos e Izumino (2005) levantam e que consideramos importantes sobre essa teoria. Uma delas diz respeito à falta de referência ao poder, colocando mulheres e homens em igualdade social. Assim como Lazzari (2014), que também adota em sua pesquisa essa teoria com ressalvas, acreditamos que há poder nas relações homem e mulher e que é exatamente dentro da lógica desse poder que a mulher encontrará resistência para transgredir de sua situação de violência.

Sobre a memória coletiva, entendemos que a memória construída coletivamente a respeito das mulheres auxilia de forma negativa na formação de estereótipos deturpadores o que “justificaria” a violência de gênero. Scaffo (2011) traz exemplos de pensadores e filósofos de diferentes épocas que expressavam ideias de culpabilização e desqualificação da mulher. Estereótipos como “sexo frágil”, inferior aos homens, submissa, além do enquadramento em comportamentos adequados para cada momento - mãe, mulher, profissional, entre tantas outras - vem sendo construídos e naturalizados através da história e continuam a ser empregados nos dias atuais. Segundo a autora “essas expressões preconceituosas parecem ter atravessado os séculos e alcançando a atualidade respaldam ações desrespeitosas e violentas de igual potencial ofensivo.” (SCAFFO, 2011, p. 114). Dentro desse raciocínio a autora questiona se a memória coletiva poderia influenciar na concepção do “ser mulher”, através da naturalização e cristalização de elementos que constituem essa memória. Utilizamos a definição de memória coletiva trazida por Candau, onde o autor afirma que a memória coletiva não é a faculdade da memória em si, mas sim uma representação da mesma, ou seja, uma metamemória que é “por um lado, uma representação que cada indivíduo faz de sua própria memória, o conhecimento que tem dela e, de outro, o que diz dela” (CANDAU, 2014, p. 23). Essa definição nos mostra que a memória coletiva saturada de estereótipos deturpadores não é a memória em si de um determinado grupo, mas sim a representação dela somada a memórias externas e aquilo que o próprio indivíduo conhece dela. Sobre isso Scaffo coloca

uma vez que pela memória lugares são estruturados, são hierarquizadas posições, fatos e personagens são celebrados e autoridades são reconhecidas, fica a mulher – em função dos poucos registros ou mesmo da ausência de materialidade de sua existência – na maioria das vezes, representado pelo que



XII SEMANA CIENTÍFICA UNILASALLE – SEFIC 2016
Canoas, RS – 17 a 21 de outubro de 2016

COMUNICAÇÃO ORAL

ISSN 1983-6783

disseram sobre ela e não pelo seu próprio relato. (SCAFFO, 2013, p. 29)

Aqui a autora ratifica a teoria de Candau sobre memória coletiva, isto é, o “ser” mulher é construído por aquilo que disseram dela e sendo a memória coletiva, para Candau, constituída inclusive por aquilo que se diz da memória, os estereótipos construídos para as mulheres são resultados da memória coletiva.

Através desse trabalho externo, a memória coletiva é naturalizada e cristalizada e torna-se, segundo Candau, “um enunciado que membros de um grupo vão produzir a respeito de uma memória supostamente comum a todos os membros de um grupo” (CANDAU, 2014, p. 24). É exatamente palavra como “supostamente” e o caráter instável que Candau imprime à memória coletiva que nos abre caminhos e certo otimismo na tentativa de transgredir elementos através da sua construção e desconstrução junto àquelas que são constituídas por ela, as mulheres, ou melhor, “o ser mulher”. Citando novamente Scaffo: “Mudanças são bem vindas, promovem a revitalização do que foi cristalizado através dos tempos, da história e, por que não dizer, da memória”. (SCAFFO, 2011, p. 127).

3. Metodologia

A presente pesquisa adota delineamento misto, ou seja, combina metodologia quantitativa e qualitativa. Sobre a combinação das duas metodologias, Baquero (2009) coloca que, apesar de haver desavenças quando da necessidade de escolha entre uma e outra, “A realidade da pesquisa mostra que dados quantitativos e qualitativos estão relacionados uns aos outros” (BAQUERO, 2009, p. 9). O primeiro momento da pesquisa foi a etapa quantitativa, onde uma equipe de trabalho vinculado ao projeto maior aplicou um questionário com questões fechadas e 62 questões com alternativas de escolha do tipo escala Likert. A aplicação do questionário também nos proporcionou dar continuidade à segunda fase da pesquisa, pois a partir dos dados resultantes foram formuladas as questões da entrevista, segunda etapa da pesquisa. A entrevista está em processo de aplicação. Ela consiste em sete perguntas abertas. Os dados qualitativos coletados nas entrevistas serão tratados através da análise de conteúdo temática que, como o nome já diz, tem como conceito central o tema levantado nas falas analisadas (MINAYO, 2011).

A pesquisa será finalizada com o desenvolvimento de fanzines construídos com as mulheres participantes de círculos epistemológicos. O motivo pela escolha dessa mídia se dá pelo seu caráter artesanal, de conteúdo livre e que vai ao encontro com a proposta dos círculos epistemológicos de construção conjunta, colaborativa e experimental.

4. Considerações Finais

Os resultados preliminares demonstram que a relação entre a memória coletiva e a performatividade de gênero e violência de gênero é estreita, pois as mulheres entrevistadas devem ao seu modo de “ser mulher” o que foi apreendido e transmitido pela suas famílias e sociedade como um todo. Outro aspecto importante de ser analisado é a forma como essas mulheres romperam com o ciclo de violência sofrido e a reflexão que fazem de sua situação a partir das suas vivências.

Referências

ALMEIDA, Suely Souza de. Essa violência *mal-dita*. In: ALMEIDA, Suely Souza de (Org.). **Violência de gênero e políticas públicas**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2007. p. 23-41.



XII SEMANA CIENTÍFICA UNILASALLE – SEFIC 2016
Canoas, RS – 17 a 21 de outubro de 2016

COMUNICAÇÃO ORAL

ISSN 1983-6783

BAQUERO, Marcello. **Pesquisa quantitativa nas Ciências Sociais**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009.

CANAU, Joel. **Memória coletiva e identidade**. São Paulo: Contexto, 2014. Tradução de: Maria Letícia Ferreira.

CHANTER, Tina. **Gênero**. Porto Alegre: Artmed, 2011. Tradução de: Vinicius Figueira

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Tolerância social à violência contra as mulheres**. Brasília: Ipea, 2014. 40 p.

LAZZARI, Kellen Cristina Varisco. **Violência de gênero: uma análise a partir do Centro de Referência para Mulheres Vítimas de Violência - Patrícia Esber**. 2014. 117 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Memória Social e Bens Culturais, Centro Universitário La Salle, Canoas, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2011.

SANTOS, Cecília Macdowell; IZUMINO, Wânia Pasinato. Violência contra as mulheres e violência de gênero: notas sobre estudos feministas no Brasil. **Estudios Interdisciplinarios de América Latina y El Caribe**, Tel Aviv, v. 16, n. 1, p.147-164, 2005. Disponível em: <<http://eial.tau.ac.il/index.php/eial/article/view/482/446>>. Acesso em: 10 dez. 2015.

SCAFFO, Maria de Fátima. **A transmissão geracional psíquica dos protocolos de gênero como dispositivo mnêmico para a submissão feminina frente à violência conjuga**. 2013. 140 f. Tese (Doutorado) - Curso de Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

SCAFFO, Maria de Fátima. Violência de gênero e memória social: investigando a complexidade destas relações. In: FARIA, Francisco Ramos de (Org.). **Apontamentos em memória social**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011. p. 113-129.

STREY, Marlene Neves. **Violência de gênero**. São Paulo: Cnpq, 2013. Color.

STREY, Marlene Neves. Violência e gênero: um casamento que tem tudo para dar certo. In: GROSSI, Patrícia K. (Org.). **Violências e gênero: coisas que a gente não gostaria de saber**. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012. p. 51-72.